

Prefeitura de São Luís Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Ata da 11º Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade de São Luís Mandato 2017/2020 - ANO 2018

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCID

Pauta: 11º Reunião Técnica para discutir o Título V sobre Acessibilidade e Mobilidade e o VI da Política da Habitação. Também a assinatura da Ata da 8ª reunião e aprovação da Ata da 9ª reunião.

No dia vinte e oito de marco de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos no auditório da Escola de Governo - EGEM, realizou-se a décima primeira reunião técnica do Conselho da Cidade de São Luís - CONCID, em obediência ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura de São Luís e o Ministério Público Estadual. Compareceram à reunião os conselheiros apresentados na lista em anexo. A reunião iniciou-se com a saudação do presidente em exercício do Conselho, o Senhor Gustavo Marques (SEMPE) que, contou 17 Conselheiros presentes no início da reunião, em seguida, descreveu os assuntos da pauta. Logo após, franqueou a palavra àqueles que desejassem fazer algum informe. Foi justificada a ausência dos conselheiros Ângela Maria Ferreira de Medeiros (MDI), Horácio Antunes de Santana Júnior (UFMA), Suely Gonçalves (STIU), Josuel Silvestre (ACIB), José Francisco Diniz (MNLM), Janete Araújo Amorim (UEMP), Alberto Cantanhede Lopes (Beto) (COFREM) e Davi de Jesus Sá (UNIÃO DE MORADORES DE PROTEÇÃO DE JESUS DO CAJUEIRO). O conselheiro José Marcelo Espírito Santo (INCID) leu a ata da 9ª reunião, e esta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A ata da 8ª reunião foi assinada por todos os conselheiros presentes. O conselheiro Cleuson Alves da Silva (STTR) reclamou que continua não recebendo as convocatórias. A conselheira Tatyana Medeiros (SEMPE) justificou que tem enviado as convocatórias a todos os conselheiros, que inclusive deu maior atenção aos conselheiros Cleuson e Diniz pela reclamação na reunião anterior. A conselheira Jucicleide Silva Santos (SEMURH) comunicou que o conselheiro e secretário municipal de Urbanismo e Habitação Leonardo Andrade Silva agendou visita à Comunidade do Mato Grosso para o dia 09.04.18 às 15hs e que a conselheira Jucicleide está à disposição para alinhar local e horário com os interessados. A mesma disponibilizou seu número de telefone a todos os presentes. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) passou a palavra a conselheira Érica Garreto (INCID) para apresentar os mapas de Vulnerabilidade Ambiental. Érica começou sua fala lembrando o que ficou pendente de ser apresentado e explicou que era necessário a confecção de 11 mapas: Recursos Hídricos, de Cobertura Vegetal e Solo Exposto, Geológico e Geotécnico, de Uso do Solo, de Densidade Demográfica, de Renda Familiar, de

English

do

of solve







Escolaridade, de Coleta e Destino do Lixo, de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. A partir daí a conselheira foi explicando o andamento de cada mapa, aqueles que estão prontos ou em andamento. Com relação ao mapa de Recursos Hídricos, o INCID tem pronto, já o mapa de Cobertura Vegetal e Solo Exposto existe, porém encontra-se desatualizado, pois segundo Érica, o mesmo é de 2008. Sobre o mapa Geológico e Geotécnico o INCID sugere que se converse com o a UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, pois a versão passada ao INCID não é compatível com seus programas de softwares. O mapa de Uso do Solo diz respeito ao Macrozoneamento Urbano e Ambiental, tema este que ainda se encontra em discussão neste conselho, por isso, não é possível apresenta-lo neste momento. Com relação aos demais mapas, Érica Garreto (INCID) afirmou que todos estão prontos, pois os mesmos dependem apenas de dados do IBGE para sua confecção. Por fim, a conselheira Érica Garreto sugeriu então para o Parágrafo Único do Título IV - Do Uso do Solo Urbano e Rural, capítulo I das definições, o seguinte texto:- "A política de uso e ocupação do solo do Município será subsidiada pelo Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental, que tem como função orientar o planejamento urbano, bem como as ações e planos voltados para a preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população, a ser elaborado no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir da aprovação deste Plano Diretor." O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) franqueou a palavra a todos que desejassem fazer observações. O conselheiro Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA) questionou sobre a possibilidade de usar outras fontes que não o IBGE para a formulação desses mapas, já que se sabe que o Censo é de 2010 e se encontra defasado. O conselheiro José Marcelo Espírito Santo (INCID) justificou afirmando que se torna difícil usar outra fonte que não a do IBGE devido à dimensão do objeto (cidade). Falou também que todos os estudos científicos utilizam os dados do IBGE como referência mesmo estando defasado, pois são dados precisos, realísticos e confiáveis. Afirma também que, caso o objeto fosse menor como um bairro, uma comunidade, seria possível utilizar outras fontes e inclusive amostragem, mas este não é o caso. Marcelo finalizou afirmando que esta não é uma prática desta Prefeitura, mas de todos os órgãos inclusive daqueles que fazem pesquisas internacionais. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) pediu a Érica Garreto (INCID) que lesse novamente o parágrafo único para, em seguida, colocá-lo em votação. A nova redação do parágrafo único foi aprovada por unanimidade. A mesa retomou a discussão da última reunião sobre o tema Acessibilidade, onde o servidor da SEMURH, Thiago Rodrigues se colocou à disposição de todos para quaisquer dúvidas. A conselheira Donatília de Fátima Guedes (ONG MORADIA E CIDADANIA) sugeriu que o servidor da SEMURH desse esclarecimento sobre as obras da praça Deodoro, pois não foi previsto local privativo para o trânsito de pedestre. Thiago Rodrigues esclareceu que já entrou em contato com o representante da empresa contratada (DOCOL) para este projeto de execução, para que fosse criado um corredor restrito aos pedestres naquela localidade. A

Ende

grevents

DF83cloc



when the state of the state of







conselheira Donatília de Fátima Guedes (ONG MORADIA E CIDADANIA) aproveitou para questionar o servidor se ele tem conhecimento de algum projeto na área do Itaqui Bacanga, Anjo da Guarda, pois as feiras nestas localidades estão tomando espaço das vias e impossibilitando o livre tráfego de todos. Thiago Rodrigues (SEMURH) falou que hoje a PMSL está com um projeto piloto na feira do Centro da cidade, onde as barracas são padronizadas e previamente localizadas em áreas específicas que não venham obstruir, muito menos dificultar qualquer tipo de circulação. Também que a Prefeitura pretende levar esse projeto a todos os bairros que têm feiras em São Luís. Aproveitou para convidar os conselheiros que visitassem a Blitz Urbana e vissem de perto este projeto e modelos das barracas. O Presidente Gustavo Margues (SEMPE) agradeceu os esclarecimentos do servidor Thiago Rodrigues (SEMURH) e deu continuidade à reunião no assunto Acessibilidade que passou a ter o título: "DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E DO SISTEMA DE MOBILIDADE". A mesa pediu total atenção e participação dos representantes da SEMURH e SMTT sobre esta discussão, já que estas duas secretarias são as mais envolvidas em projetos relacionados a este tema. A conselheira Érica Garreto (INCID) iniciou sua fala explicando que, tanto a SMTT quanto SEMURH já enviaram suas propostas de revisão dos artigos em discussão e que os mesmos estão descritos em azul para se diferenciarem das do Plano Diretor vigente. Também que isto foi feito com a intenção de agilizar o processo e que, já havia sido proposta por esta mesa que qualquer conselheiro poderia usar desta prática para apresentar suas sugestões. A conselheira Jucicleide Silva Santos (SEMURH) explicou a mudança do título da Política da Acessibilidade, defendendo a necessidade da inclusão do termo Universal e do Sistema de Mobilidade como algo mais abrangente e atual. Também sugeriu que o Artigo 42 fosse retirado e, após discussão entre conselheiros, foi acordado manter este artigo e fazer algumas alterações de forma a melhorar o entendimento do mesmo. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) explicou a metodologia de sugestão para a redação dos títulos em discussão, pois todos os conselheiros sabem do calendário de temas a serem discutidos e já podem se antecipar sugerindo novo texto a um determinado assunto. O conselheiro Lourenço Conrado Costa (SEPLAN) sugeriu a correção de uma parte do texto do Artigo 42, a fim de melhorar a leitura do mesmo. O conselheiro Cleuson Alves da Silva (STTR) fez uma observação sugerindo que na redação do Artigo 42 fosse falado da acessibilidade urbana e rural. Já a conselheira do INCID Érica Garreto explicou que isto já está sendo contemplado no Artigo 43. O Conselheiro Antônio Fernandes Calvacante (ADEMI) propôs para a redação do Artigo 42 especificar o tipo de animal, a fim de deixar claro que tipo de animal pode circular na cidade. O conselheiro José Marcelo do Espírito Santo (INCID) sugeriu que fosse citado no texto o Código de Postura como referência para esta dúvida. Assim também sugeriu o conselheiro Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA) e todos concordaram com esta mudança. A conselheira Jucicleide Silva Santos (SEMURH) leu novamente o Artigo 42, o Presidente Gustavo Marques (SEMPE)



colocou o artigo em votação e este foi aprovado por unanimidade. A reunião continuou com a leitura do Artigo 43 e seu Parágrafo Único por Jucicleide Silva Santos (SEMURH), que explicou como foi pensada a nova redação. O conselheiro Cleuson Alves da Silva (STTR), que havia pedido destaque em outra reunião sobre este Artigo, falou que foi contemplado na proposta da SEMURH. Em seguida Érica Garreto (INCID) leu o Artigo 45 e, ao fim, a conselheira Donatília de Fátima Guedes (ONG MORADIA E CIDADANIA) questionou sobre como poderia melhorar o texto deste Artigo para que fosse garantida a fiscalização por parte da PMSL. O ouvinte Kadu Vassoler questionou se não seria interessante falar em porcentagem de gastos pela PMSL para o transporte urbano e o conselheiro José Marcelo do Espírito Santo (INCID) esclareceu que este questionamento já havia sido colocado em plenária por outro conselheiro e que isto é assunto da Lei Orçamentária e não da Lei de Plano Diretor. A Arquiteta do INCID Patrícia Trinta explicou que as entidades que tratam do orçamento da Prefeitura usam das diretrizes do Plano Diretor como base de cálculo para seus gastos futuros. O Conselheiro Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA) também achou prudente exigir para este Plano Diretor alguma garantia orçamentária que assegure as ações da Prefeitura no que diz respeito às melhorias no sistema de transporte coletivo desta cidade. O conselheiro Rodrigo Boncewiez da Fonseca (SMTT) pediu para explicar algumas ações que a Prefeitura tem feito com relação a educação no trânsito, através de campanhas nas ruas, escolas, cinemas, entre outros, que visam conscientizar as pessoas de como agir no trânsito. Também falou que, hoje não existem ônibus coletivos com mais de 5 anos circulando em São Luís, salvo aqueles considerados semiurbanos, cuja a fiscalização cabe ao Governo do Estado e não à PMSL. Aproveitou para explicar que dentro da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís existe um Centro de Controle onde é possível monitorar, via GPS e por câmeras, todos os ônibus em circulação na cidade. É possível saber quantos ônibus estão circulando, tempo de percurso, enfim, informações em tempo real do que está acontecendo em cada linha de ônibus de São Luís. Rodrigo aproveitou para falar do aplicativo Meu Ônibus, que tem o objetivo de orientar os usuários do transporte coletivo com relação ao percurso dos ônibus, horários, tarifas, entre outras informações úteis. O conselheiro Cleuson Alves da Silva (STTR) pediu que o representante da SMTT e conselheiro deste CONCID que definisse o que seria um transporte urbano e semiurbano. Rodrigo Fonseca explicou que os urbanos são aqueles fiscalizados pela PMSL e os semiurbanos são os fiscalizados pelo MOB do Governo do Estado. O conselheiro Cleuson afirmou que hoje na zona rural de São Luís, citou exemplo do Mato Grosso e Tibiri, não existe um ônibus com menos de 8 anos de circulação, que são ônibus fabricados entre 2007 e 2009, e que seus usuários acham injusto pagar o mesmo valor que a maioria das rotas, porém circulando em uma frota de veículos velhos. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) pediu a atenção dos conselheiros Cleuson e Rodrigo que deixassem a discussão sobre Mobilidade para após o término da discussão sobre Acessibilidade. A conselheira Wellintânia Freitas dos

Quality .

prosilion prosilion

A

J8 minhound





Anjos (SEMMAM) sugeriu para a redação do Artigo 45 colocar a palavra "prioritariamente" antes de "orientadas para a inclusão social". Todos os conselheiros foram de acordo com a sugestão. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) colocou os Artigos em votação e esses foram aprovados por unanimidade. Continuando as discussões, a conselheira Érica Garreto (INCID) leu o Artigo 46 e o conselheiro Cleuson Alves da Silva (STTR) pediu novamente vez agora sobre a acessibilidade na zona rural, reclamando dos acessos aos bairros mais distantes, como por exemplo na Santa Bárbara, Cinturão Verde, Comunidade do Cajupari, onde existe tanto buraco nas vias que os ônibus evitam circular, comprometendo o direito de ir e vir do cidadão. Citou o exemplo de alunos que não consequem chegar na hora prevista em suas escolas, gerando um transtorno no dia a dia das pessoas dessas comunidades. O Presidente Gustavo Margues (SEMPE) abriu novamente inscrições para que os conselheiros pudessem dar sugestões ao Artigo em discussão, logo a conselheira Wellintânia Freitas dos Anjos (SEMMAM) sugeriu colocar "com deficiências e/ou com mobilidade reduzida" no lugar de "pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade reduzida." O conselheiro Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA) falou e concordou com a proposta da conselheira da SEMMAM. A conselheira Érica Garreto (INCID) leu a nova proposta para o Artigo 46 e o Presidente Gustavo Marques (SEMPE) a colocou em votação, esta que foi aprovada por unanimidade. Em seguimento a discussão do Plano Diretor, ainda sobre o Título Acessibilidade, a conselheira Érica Garreto (INCID) leu o Artigo 47 como está na lei atual. Antes de ler a proposta da SEMURH a conselheira Donatília de Fátima Guedes (ONG MORADIA E CIDADANIA) pediu para falar mais uma vez sobre o descumprimento da Prefeitura no que diz respeito a fiscalização de diversas ações, como por exemplo a limpeza pública. A conselheira Jucicleide Silva Santos (SEMURH) esclareceu aos demais conselheiros que a CPA - Comissão Permanente de Acessibilidade existe e foi criada em 2006 junto com este Plano Diretor vigente e hoje ela está ligada à SEMURH e é dividida em 2 setores, um onde as ações são pensadas e planejadas e outro é a Blitz Urbana, que coloca em prática e fiscaliza estas ações. A servidora da SEMURH Gabriela Melo complementou a fala da Jucicleide. Após esclarecimentos, o Conselheiro Saulo Costa (CSP-Conlutas) perguntou como era composta a CPA-Comissão Permanente de Acessibilidade, e a representante SEMURH, Gabriela Melo, explicou rapidamente como esta comissão funciona e como é composta. Concomitantemente, observadores fizeram reclamações e afirmaram que não está havendo fiscalização dos projetos e dos empreendimentos, diante o exposto. O Conselheiro Saulo Costa (CSP) solicita a palavra para sugerir que seja dado um prazo para que tal comissão efetive seus objetivos e deveres. Élio de Jesus (APRUMA) pediu que fosse dada ênfase a palavra fiscalização para

Egolu

merans preside









dar visibilidade ao dever da Comissão. Em seguida, a Conselheira Érica Garreto (INCID) deu início a construção de um parágrafo único baseado na proposta do Conselheiro Saulo. E antes que a Conselheira Érica Garreto (INCID) executasse de fato essa digitalização, a representante da SEMURH, Gabriela Melo fez observações e, mediante elas, o Presidente Gustavo Marques (SEMPE) esclarece que a proposta do Conselheiro Saulo Costa (CSP) será contemplada não através de uma comissão, mas de um conselho e explica os determinados motivos, aproveitando para fazer a sugestão de criação de um Conselho que atenda a lei e a comissão. O Conselheiro José Marcelo (INCID) fez observações a respeito do assunto acima e, aproveitando a fala do mesmo, a Conselheira Wellintania Freitas (SEMMA) sugeriu que a SEMURH trouxesse um novo texto contemplando a participação da sociedade e as questões institucionais. A sugestão foi aceita. Avançando com a leitura da Lei, o artigo 48 e 49 foram lidos pela Conselheira Érica Garreto (INCID), sendo o 49º destacado e questionado pela Conselheira Donatília de Fátima (ONG Moradia e Cidadania). O Conselheiro Rodrigo Fonseca (SMTT) fez esclarecimentos mediante tais questionamentos, frisando os projetos de educação no trânsito executados pela Secretaria de Trânsito e Transporte - SMTT, as fiscalizações e relatórios realizados pela mesma. O Observador Kadu Vassoler perguntou a respeito dos processos de multa e notificação das empresas que não se adequam as questões de acessibilidade para as pessoas cadeirantes. O Conselheiro Rodrigo Fonseca respondeu aos questionamentos do observador explanando a respeito da expansão do sistema de informação de rotas dos ônibus que haverá nos terminais. Durante a explanação, a Conselheira Wellintania Freitas (SEMMAM) almejou fazer um acréscimo ao texto, relacionado a campanhas educativas desenvolvidas pelo município; o mesmo foi acrescido pela Conselheira Érica Garreto (INCID). Posteriormente, o Presidente Gustavo Marque solicitou a leitura dos artigos 48 e 49 para que os mesmos pudessem ser votados. Alguns Conselheiros fizeram observações para que, de alguma forma, pessoas com deficiência tenham acesso as informações, sendo assim, o Conselheiro Fernandes Cavalcante (ADEMI) faz algumas propostas a respeito desse acesso, como por exemplo, de haver um intérprete de libras nas secretarias, a representante da SEMPE, Tatyana Medeiros, faz alguns esclarecimentos para o conselheiro, abordando a dificuldade que seria de ter uma pessoa disponível para tal em cada lugar público, mas que isso seja, de fato, um propósito para as próximas gerações. O Presidente Gustavo Marques organizou as proposições, e foi decidido manter o texto original. A Conselheira Érica Garreto (INCID) deu continuidade à leitura, lendo o Artigo 49 que foi aprovado por unanimidade. Seguidamente o Artigo 50 foi lido e o Conselheiro Lourenço Costa (SEPLAN) fez uma proposta de alguns acréscimos e adeguações para o mesmo, objetivando ampliar a questão de livre trânsito para todas as pessoas, não só para deficientes. Após longa discussão entre os conselheiros, este artigo foi relido, votado e aprovado por unanimidade. A Conselheira Érica Garreto (INCID) continuou a leitura dos parágrafos do artigo 51, e estes foram aprovados por

Andrews Andrews

\$

os por

k



unanimidade. Após aprovações dos artigos, o Presidente Gustavo Marques (SEMPE) às 18 horas deu por encerrada a sessão e eu, Tatyana Silva de Medeiros Evangelista, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros.

Lista de Presença

	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente	Part. Titular	Part. Suplente
01	Madson Leonardo Andrade Silva (SEMURH)	Jucicleide Silva Santos (SEMURH)	Ausente	Presente
02	Paulo Henrique Fernandes Rodrigues (SMTT)	Rodrigo Boncewiez da Fonseca (SMTT)	Ausente	Presente
03	José Marcelo do Espírito Santo INCID)	Érica Garreto Ramos Barbosa (INCID)	Ausente	Presente
04	Luiz Carlos B. Borralho Junior (IMPUR)	Luciana Arantes (IMPUR)	Ausente	Presente
05	Lílian Porto (SEMFAZ)	Délcio rodrigues (SEMFAZ)	Presente	Ausente
06	Maria de L. Maluda Cavalcante Fialho (SEMMAM)	Wellintania Freitas dos Anjos (SEMMAM)	Ausente	Presente
07	Lourenço Costa (SEPLAN)	Octávio A. Gomes Figueiredo Soares (SEPLAN)	Presente	Ausente
80	Gustavo Martins Marques (SEMPE)	Tatyana Medeiros (SEMPE)	Presente	Presente
09	Jorge Araújo (SECID)	Yata Anderson Gonzaga Masullo (SECID)	Presente	Ausente
	Janette Araújo Amorim (UEMP)	Benedito de Jesus Santos (Comitê em Defesa Rio das Bicas/Bacia Bacanga)	Justificou	Ausente
11	Elias Pereira dos Santos Filho (CMP)	Sem indicação	Ausente	
12	José Francisco Diniz (MNLM)	Hellyson Layo de Jesus Bulhão (Residência 05)	Justificou	Ausente
13	Ângela Maria Ferreira de Medeiros (MDI)	Maria das Neves Pereira de Araújo (U. Moradores da Vila Sarney)	Justificou	Ausente
14	Alberto Cantanhede Lopes (COFREM)		Justificou	
15	Davi de Jesus Sá (U. Moradores de Proteção do Cajueiro)	Clóvis Amorim da Silva (Mov de Pescadores e Pescadoras)	Ausente	Presente
16	Josuel Silvestre (ACIB-MA)	FEZOR	Ausente	s/indicação
17	Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA)	Luíz Henrique Preira da Silva (FETHEMAPI)	Presente	Ausente

Enlys

Misseries

0

ancide purel

V

Je-



18	Josefa Celestina de	Joberval Carvalho	Ausente	Ausente
500500	Jesus (FECRUS)	Bertoldo (IDHPA)		
19	Suely Gonçalves da	Saulo Costa Arcangeli	Ausente	Presente
	Conceição (STIU-MA)	(CSP Conlutas)		
20	Cleuson Alves da Silva	Iraelson Ferreira	Presente	Ausente
	(STTR)	(SINDIMETAL)		
21	Horácio Antunes	Jussara Martins	Ausente	Ausente
	Júnior (UFMA	Nogueira (UEMA)		
22	Tito Carvalho Tsuji	Carla Azevedo Veras	Justificou	Presente
	(IFMA)	(IAB)		
23	Donatília de Fátima	Maria Neuma	Presente	Ausente
	Guedes (ONG	Nascimento de Souza (C.		710001110
	Moradia e Cidadania)	Ação e Cidadania)		
24	Marcelo Machado	Lorena Saboya (OAB)	Presente	Ausente
	Rodrigues (CAU-MA)			
25	Celso Gonçalo de	Lucas Aragão (FIEMA)	Presente	Presente
	Sousa (FIEMA)			
26	Alexander Carvalho	Letícia Duearte Nunes	Ausente	Presente
	(SINDUSCON)	(SINDUSCON)		
27	Militão Gomes	Antônio Fernandes	Ausente	Presente
	(ADEMI)	Calvacante		
28	Arthur Baldez Silva	Tarcísio Almeida Araújo	Presente	Ausente
	(Assembleia	(Assembleia Legislativa)		
	Legislativa)			
29	Itamilson Pereira C.	Itamargarethe da	Ausente	Ausente
	Lima (Câmara	Conceição Pereira Corrêa		
	Municipal)	Lima (Câmara Municipal)		
30	Paulo Helder Oliveira	Eliana Bezerra Rodrigues	Ausente	Ausente
	(Câmara Municipal)	(Câmara Muncipal)		

Children

Miliames

	NOME/ENTIDADE	PARTICIPAÇÃO
01	José Aquiles Andrade (FUMPH)	Ausente
02	Maria da Conceição Lima de Azevedo (SEMOSP)	Presente
03	Dila Fonseca de Lima Campos (SEMAPA)	Ausente
04	Viviane Gomes de Brito (PGM)	Ausente
05	OAB	s/indicação
06	SEEAC	s/indicação

(D)

prosula

A. VI

l'allan felantion lanter

amentaned and a second